

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

www.sintufjrj.org.br

FASUBRA CUT

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

Agora é greve!

A diretoria do Sintufjrj convoca a categoria a participar da assembleia geral na terça-feira, dia 2 de junho, no auditório do CT, às 10h, em primeira convocação, e às 10h30, com qualquer quórum, com o objetivo de organizar a greve dos técnicos-administrativos em educação aprovada nacionalmente.

Na UFRJ a greve foi deflagrada na sexta-feira, dia 29 de maio, conforme deliberou a assembleia geral da categoria realizada no dia 21 de maio.

Sua presença é essencial porque temos pontos importantes para definir em conjunto.

Reunião na Odontologia quarta-feira, dia 3, às 12h, no anfiteatro 2 Pauta: greve

Eleição sindical

Unidade na Luta! continuará à frente do Sintufjrj

Depois de três dias de muita agitação nos campi da UFRJ – 26, 27 e 28 de maio – pelas duas chapas que concorriam à direção do Sintufjrj, às 8h55 da sexta-feira, 29 de maio, a categoria ficou sabendo quem conduzirá suas lutas e demandas nos próximos dois anos (biênio 2015-2017). A apuração foi realizada no auditório do CT a partir da meia-noite.

A chapa 2 – Unidade na Luta! obteve

um total de 1.821 votos válidos e a chapa 1 – Quem Sabe Faz a Hora – Oposição, 1.710 votos. Portanto, a chapa 2 foi a vencedora do pleito com 51,5718% dos votos depositados nas 56 seções eleitorais contra 48,4282% dos votos dados aos opositores. Votaram 3.670 sindicalizados; votos brancos foram 18 e nulos 121.

Agradecimentos

O coordenador-geral reeleito do Sintufjrj,

Francisco de Assis, agradeceu à Comissão Eleitoral, “que conduziu o processo de forma brilhante e honesta”, aos funcionários da entidade, aos trabalhadores do CT e em especial aos aposentados, “que sempre estiveram no combate”.

“Esta direção foi eleita de maneira democrática, e em nome da chapa 2 agradeço também à militância, aos companheiros da Fasubra, CUT e CTB, que vieram nos ajudar e

acompanhar a eleição. Temos consciência de que daqui para a frente teremos muito trabalho a realizar com a greve em curso. Precisamos fazer uma frente com toda a juventude para resistirmos aos ataques do governo, e todos os diretores eleitos e os atuais integram o Comando Local de Greve. Esperamos que os companheiros da oposição integrem também o CLG. Nosso trabalho na base continua”, afirmou Assis.



Estudantes entram em greve na UFRJ

Os estudantes de graduação da UFRJ decidiram entrar em greve por tempo indeterminado após a realização da assembleia no auditório do Quinhentão (CCS), no dia 28 de maio, com cerca de mil universitários. A paralisação foi iniciada na sexta-feira, 29, mesmo dia em que os técnicos-administrativos em educação na universidade também deflagraram seu movimento grevista.

Nos próximos dias será instaurado o Comando Geral de Greve para organizar as atividades de mobilização. Já os estudantes pós-graduandos aprovaram paralisação até 9 de junho, quando nova assembleia será realizada.

Reivindicações

Algumas das reivindicações da pauta interna dos estudantes são: conclusão da reforma do Alojamento Estudantil; expansão do restaurante universitário (atualmente há bandejeões apenas no campus da Ilha do Fundão); ampliação da bolsa-auxílio e permanência, entre outros itens.



Foto: Silvana Sá

QUINHENTÃO lotado disse sim à greve pelo atendimento de reivindicações e em apoio à luta dos técnicos-administrativos

Os principais pontos da pauta externa de reivindicação dos alunos são: repasse pelo governo

de R\$ 2,5 bilhões para o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes); 10% do Pro-

duto Interno Bruto (PIB) para a educação pública; revogação do projeto de lei que amplia as ter-

ceirizações (PLC 30/2015) e revogação das Medidas Provisórias 664 e 665.

Docentes não aderiram à greve nacional do Andes-SN

Os professores da UFRJ decidiram pela não adesão à greve nacional da categoria indicada pelo Andes-SN iniciada no dia 28 de maio. Mais de 600 docentes, entre sindicalizados à Adufrj ou não, estavam presentes à assembleia geral realizada no dia 27, no auditório do Quinhentão (CCS), que durou cerca de cinco horas. Foram 199 votos favoráveis à greve a partir do dia 1º de junho e 300 contra, com 10 abstenções.

Os principais pontos da pauta de reivindicação dos docentes são: defesa do caráter público da universidade; melhores condições de trabalho; garantia de autonomia; reestruturação da carreira e valorização salarial. Os professores concordam que as condições de trabalho estão precárias, porém, 231 votaram por não manter o indicativo de greve.

Apesar do resultado, o presidente da Adufrj, Cláudio Ribeiro, afirmou: “É importante reforçar a legitimidade da Adufrj como lugar de debate. Muitas universidades

federais já aderiram à greve. Continuaremos na luta.”

O Diretório Central dos Estudantes (DCE), a Associação de Pós-Graduandos (APG), a Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (Attufjr) e o Sintufjr assistiram a assembleia.

O coordenador-geral do Sintufjr Francisco de Assis (na ocasião licenciado do cargo para concorrer à eleição do Sindicato) disse que “o sentimento da nossa categoria é o da importância de se fazer uma greve unificada da educação, porque acreditamos na luta coletiva”.

Valdenise Pinheiro, técnica-administrativa do Instituto de Matemática e que disputou a eleição do Sintufjr, manifestou-se em nome da chapa 1 – Quem Sabe Faz a Hora – Oposição: “Desejamos que os professores se incluam nessa luta coletiva contra os ataques do governo, que a cada dia corta mais os recursos para a Educação.”

Clima conturbado

A assembleia teve momentos



Foto: Renan Silva

CATEGORIA dividida preferiu continuar tentando negociação com o governo

de tensão, principalmente quando um professor, na tentativa de calar uma professora favorável à greve, puxou o microfone das mãos dela. As discussões mais polarizadas ficaram por conta dos que defendiam votar logo pela adesão ou não à greve e os que queriam, an-

tes da votação, que houvesse um debate sobre os problemas pelos quais passa a categoria nos últimos anos.

Doze estados já estão em greve

Em 12 estados a categoria

aderiu à greve. No dia 28 de maio, às 10h, o Andes-SN comunicou oficialmente a deflagração da greve aos Ministérios da Educação (MEC) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o Comando Nacional de Greve (CNG) foi instalado na sede do Andes-SN.

PLENÁRIA DA FASUBRA CONFIRMA:

Greve é a única saída para a categoria

A plenária nacional da Fasubra, realizada nos dias 23 e 24 de maio, confirmou a deflagração da greve nacional dos técnicos-administrativos em educação no dia 28 de maio

Na UFRJ, a categoria deliberou em assembleia iniciar a greve no dia 29 de maio. No segundo dia de paralisação, o quadro nacional já contava com a adesão de 46 instituições federais de ensino superior (Ifes).

Léia Oliveira e Fátima dos Reis, dirigentes da Fasubra, e Carmen Lucia, coordenadora do SintufRJ que representou a entidade em Brasília, avaliaram o resultado da plenária e opinaram sobre a pauta específica aprovada.

“O foco é o aprimoramento da carreira com investimento no piso”

A coordenadora-geral da Fasubra, Léia de Souza Oliveira, considerou como tendo sido positiva a plenária nacional: “Ganhamos com a posição unificada: a necessidade da greve foi defendida por mais de 80% das assembleias de base.

Sobre a pauta específica, afirmou: “Em que pese a greve ter eixos nacionais que dialogam com a união dos trabalhadores e com uma possível greve dos servidores públicos federais, o que está contando nesse momento é a pauta específica da Fasubra.”

“Nessa greve”, frisou Léia, “é preciso arrancar vitórias.” Por isso, embora reconheça que toda a pauta é importante, ela defende que o foco tem que ser o aprimoramento da carreira e o investimento no piso. E como a categoria quer vitória, pois não foi vitoriosa na greve passada, propõe “uma avaliação da conjuntura para ver o que é prioritário na pauta, que é extensa”.

Para a dirigente, chances de vitórias há, mas para isso a categoria, em nível nacional, tem que estar afinada nesse momento da greve. Na avaliação dela, o que congrega todos os trabalhadores técnico-administrativos – ativos, aposentados e os mais novos – é a carreira. Por isso o foco tem que ser o aprimoramento da carreira com investimento no piso da tabela. Na análise de Léia, apesar da pauta ser específica, ela congrega itens do ponto de vista geral da luta dos trabalhadores.

Sobram motivos para a greve

De acordo com Léia, a categoria tem motivos de sobra para fazer greve. Mas alerta que não será uma greve fácil e no limite da negociação, terá que ser visto o que trará de ganhos para a categoria. “Não será uma greve fácil. Inclusive a categoria deve encaminhar suas pautas internas. A jornada contínua de 30 horas é uma delas. Temos de ter um plano B”, orienta. Ela também lembra a importância de se conquistar a isonomia de benefícios. “Tem previsão no Orçamento e o ministro do Planejamento já sinalizou para isso”, diz. Já o reajuste salarial de 27%, que consta na pauta específica, integra a reivindicação geral dos servidores públicos federais. “Refere-se às perdas dos servidores desde janeiro de 2011, conforme cálculos do Dieese”, explica.

Quanto a uma possível judicialização da greve, Léia afirma que não há o que ser jogado contra a greve da categoria: “Nossa pauta específica está protocolada há anos e o julgamento da judicialização da greve passada, que nos obrigou a interromper o movimento, ficou decidido que o governo deveria negociar, o que ele não fez. Então, nada poderá ser usado contra o nosso movimento, pois estamos lutando por uma pauta protocolada. Vamos mostrar para a sociedade e para o próprio governo que quem descumpriu o acordo foi ele, pois não houve negociação da pauta específica.”



DELEGADOS na plenária nacional da Fasubra



LÉIA de Souza Oliveira

CUT combate o governo

Apesar da Fasubra não ser mais filiada à CUT, a coordenadora-geral da Federação fez questão de destacar que a Central tem combatido a política econômica do governo Dilma que retira direitos: “Temos o projeto de lei da terceirização, as Medidas Provisórias 664 e 665, corte no Orçamento da União, que compromete as receitas e penaliza mais ainda as universidades, e o ajuste fiscal. Tudo isso prejudica os trabalhadores de forma geral e temos isto de forma clara na Fasubra. E a CUT vem combatendo tudo isso com firmeza, anunciando que os trabalhadores não vão pagar a conta da crise. Ainda não chegamos a uma organização no Brasil para dar conta de uma greve geral, mas estamos construindo esse caminho. Assim, temos uma pauta institucional na nossa categoria e não somente sindical.”

“Não será uma greve fácil, mas a categoria mostra disposição de luta”

Para a coordenadora Jurídica e de Relação de Trabalho da Fasubra, Fátima dos Reis, que fez uma avaliação do ponto de vista da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), a categoria tem consciência de que a greve já aprovada não será fácil em função das conjunturas econômica e política, mesmo assim o resultado das assembleias de base mostrou disposição de luta.

“A conjuntura econômica é muito difícil. Estamos vendo como está o processo de reforma no setor público. A conjuntura política também não é favorável. Não será uma greve fácil, temos consciência disso. Nós, da CTB, avaliamos que o processo de mobilização tem 50% de ganho e 50% de perda, pois dependerá da força e da disposição de luta da categoria. A conjuntura como um todo está muito difícil, mas a categoria demonstrou que está disposta a lutar”, acredita Fátima.

“Ficou constatada a necessidade do movimento (de greve), pois viemos conversando com o governo ao longo do tempo e não aconteceu negociação. Chegamos a um ponto que não tivemos alter-



FÁTIMA dos Reis

nativa. A categoria entendeu que não dava mais para adiar, porque senão pagaríamos um preço alto: com uma possível negociação em 2016 e reposição salarial apenas em 2017”, avalia a dirigente.

Ela não tem dúvidas de que as dificuldades serão grandes. “Há problemas a enfrentar, como a judicialização da greve e o corte de ponto, mas há a compreensão de que é preciso enfrentar todas as dificuldades apontadas, e se a categoria optou pela greve é porque está disposta a lutar. Temos ainda como complicador Eduardo Cunha na Câmara e Renan Calheiros no Senado”, acrescenta.

PLENÁRIA DA FASUBRA CONFIRMA:

“A palavra de ordem é unir forças”

Na avaliação da coordenadora-geral do Sintufjr, Carmen Lucia, para haver chance de vitória nesta greve, a base da Fasubra, independente de corrente política e central sindical, deve esquecer as divisões políticas e atuar unida até o fim do movimento

A coordenadora-geral do Sintufjr Carmen Lucia concorda com Fátima dos Reis sobre a conjuntura difícil a ser enfrentada durante o movimento grevista da categoria, mas tem esperanças de que será possível arrancar do governo o fundamental se não houver divisões políticas no movimento.

“Se toda a base da Fasubra, independente de corrente política, partido, coletivo e central sindical, isto é, deixar de lado a divisão política, nossas chances de arrancar alguma vitória serão maiores. Porque no meu entendimento a divisão política dentro da Federação atrapalha e muito. Atrapalha a negociação com o governo e a negociação da carreira. Atrapalha em tudo. Até mesmo na hora de fazer as mobilizações. Se puxa para um lado, se puxa para outro.

É péssimo. A categoria não sabe para onde ir, pois fica dividida. Não tem um norte. Não tem uma centralidade”, afirmou Carmen Lucia.

A dirigente do Sintufjr considera a unidade da categoria como o principal combustível para o sucesso da greve. Ela dá um recado para a categoria na UFRJ. “Na atual conjuntura é fundamental unir forças. Todos na luta. Participando das mobilizações, das atividades e das assembleias. Temos de ter concisão e coerência nas nossas atividades e no movimento. A categoria tem que vir para o Sindicato, sim. E independente da força política que ganhe tem de vir para dentro do Sindicato e da UFRJ. Para as mobilizações, para as assembleias, para unirmos forças. A palavra de ordem é unir

forças”, reforça.

Sobre a pauta específica, a sindicalista justifica sua extensão em função das pendências da greve passada. E, na sua opinião, o que move e unifica a categoria são as questões ligadas ao aprimoramento da carreira, piso e step. “Acho que o fundamental é o piso de três salários mínimos e o step de 5% linear. Será um grande ganho para nossa carreira, pois vai compensar muitas perdas”, disse.

Carmen Lucia, que acompanha a implantação da carreira desde o início, calcula que as perdas dos técnicos-administrativos em educação estão, em média, em 2,5 salários mínimos (R\$ 1.970,00). “É uma diferença. Com esse dinheiro você faz uma compra para uma família de quatro pessoas”, projeta.

Foto: Renan Silva



CARMEN Lucia

Pauta específica aprovada na plenária da Fasubra

■ **Reposição de perdas e aprimoramento da carreira:**

- Índice de 27,3% no piso da tabela considerando as perdas de janeiro de 2011 a julho de 2016.
- Pelo aprimoramento da carreira com correção das distorções, levando em consideração a racionalização dos cargos, piso de três salários mínimos e step de 5%; reposicionamento dos aposentados e pensionistas, e concurso público via RJU para todos os níveis de classificação.
- Pela não retirada de ganhos administrativos e judiciais da categoria – pagamento imediato.
- Reabertura de prazos para que os técnicos-administrativos em educação que ainda estejam no PUCRCE possam migrar para o PCCTAE.
- Reconhecimento dos certificados de capacitação dos aposentados quando estes se encontravam na ativa.
- Aproveitamento de disciplinas de curso de graduação e pós-graduação para todas as classes do PCCTAE para fins de progressão por capacitação.
- Reconhecimento de títulos de

mestrado e doutorado obtidos fora do país.

- Posicionamento hierárquico em padrão de vencimento equivalente na tabela quando do reingresso de servidor em outro cargo do PCCTAE.
- Efetivação do Plano Nacional de Capacitação lançado em 2013. Extensão para os técnicos-administrativos em educação do artigo 30 da Lei 12.772/12, que trata de afastamento para realização de estudos de pós-graduação.

■ **Condições de trabalho e qualidade no serviço público:**

- Turnos contínuos com redução da jornada de trabalho para 30 horas, sem ponto eletrônico e sem redução de salário.
- Pela revogação da lei que cria a Ebserh para gerir os hospitais universitários das instituições federais de ensino e pela contratação de trabalhadores via concurso público (RJU).
- Revogação das orientações normativas (nº 6, 15 e 16) relativas

à insalubridade, assegurando os direitos dos trabalhadores que já se aposentaram e dos que estão na ativa.

- Pela suspensão imediata dos cortes orçamentários nas instituições de ensino e recomposição do orçamento.
- Construção/ampliação de creches nas instituições federais de ensino, atendendo à demanda da comunidade acadêmica.
- Construção de uma política de combate efetivo ao assédio moral nas instituições federais de ensino.

■ **Democratização das instituições federais de ensino;**

- Por um processo eleitoral no mínimo paritário para a escolha de gestores no âmbito das universidades públicas, de forma autônoma, com lista uninominal.
- Por uma composição paritária nos conselhos superiores.
- Pelo fim da criminalização das lutas e das perseguições aos dirigentes sindicais e ativistas nas instituições federais de ensino superior.

Pauta geral dos servidores públicos federais (SPFs)

- Pela revogação das leis que criaram a Ebserh e a Funresp.
- Por uma política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias.
- Índice linear de 27,3%.
- Estabelecimento de data-base em 1º de maio.
- Pelo direito de negociação coletiva (Convenção 151 da OIT) e liberação de dirigentes para o exercício de mandato classista.
- Pela instituição da ascensão funcional.
- Pela paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas.
- Pela retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos trabalhadores.
- Por isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes.
- Pela anulação da reforma da Previdência de 2003, realizada por meio de compra de votos de parlamentares.
- Pela extinção do fator previdenciário.
- Pela incorporação de todas as gratificações produtivistas.
- Pelo fim da terceirização que retira direito dos trabalhadores.
- Pela imediata realização de concurso público pelo RJU.